

2º Ofício do Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro

Av. Nilo Peçanha 26, - 5º - Rio de Janeiro – RJ

DECLARAÇÃO DE PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE

Declaro para os devidos fins de direito e cumprimento ao disposto no Provimento nº 88/2019 do CNJ, que:

- () Não sou Pessoa Exposta Politicamente.
- () Sou Pessoa Exposta Politicamente.
- () Sou familiar da Pessoa Exposta Politicamente, abaixo identificada.
- () Sou estreito colaborador da Pessoa Exposta Politicamente, abaixo identificada.

Identificação da Pessoa Exposta Politicamente:

Nome: _____

Cargo / função: _____ Período: _____ a _____

CPF: _____ RG: _____ Emissor: _____ Data: _____

Relação de parentesco / colaboração com o declarante: _____

Declaro ainda, estar ciente de que:

1- De acordo com o § 1º, do art. 1º, da Resolução COAF nº 29, de 07 de dezembro de 2017, **CONSIDERAM-SE PESSOAS EXPOSTAS POLITICAMENTE:**

- I - os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União;
 - II - os ocupantes de cargo, no Poder Executivo da União, de:
 - a) Ministro de Estado ou equiparado;
 - b) Natureza Especial ou equivalente;
 - c) presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta; e
 - d) Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS, nível 6, ou equivalente;
 - III - os membros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais Regionais Federais, do Trabalho e Eleitorais;
 - IV - o Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;
 - V - os membros do Tribunal de Contas da União e o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União;
 - VI - os presidentes e tesoureiros nacionais, ou equivalentes, de partidos políticos;
 - VII - os governadores e secretários de Estado e do Distrito Federal, os Deputados Estaduais e Distritais, os presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta estadual e distrital e os presidentes de Tribunais de Justiça, Militares, de Contas ou equivalente de Estado e do Distrito Federal;
 - VIII - os Prefeitos, Vereadores, Presidentes de Tribunais de Contas ou equivalente dos Municípios.
- 2- De acordo com o § 2º, do art. 1º, da Resolução COAF nº 29, de 07 de dezembro de 2017, consideram-se Pessoas Expostas Politicamente, também, aquelas que, no exterior, sejam:

- I - chefes de estado ou de governo;
- II - políticos de escalões superiores;
- III - ocupantes de cargos governamentais de escalões superiores;
- IV - oficiais gerais e membros de escalões superiores do poder judiciário;
- V - executivos de escalões superiores de empresas públicas; ou
- VI - dirigentes de partidos políticos.

3- De acordo com o § 3º, do art. 1º, da Resolução COAF nº 29, de 07 de dezembro de 2017, **consideram-se Pessoas Expostas Politicamente, ainda**, os dirigentes de escalões superiores de entidades de direito internacional público ou privado.

4- De acordo com o § 6º, do art. 1º, da Resolução COAF nº 29, de 07 de dezembro de 2017, **a condição de Pessoa Exposta Politicamente perdura até cinco anos** contados da data em que a pessoa deixou de se enquadrar nos §§ 1º, 2º e 3º.

5- De acordo com o § 1º, do art. 2º, da Resolução COAF nº 29, de 07 de dezembro de 2017, **são considerados familiares:**

- I- os parentes, na linha direta, até o segundo grau;
- II- o cônjuge ou companheiro(a);
- III- o enteado(a).

* Para mais informações, acesse www.2rgi-rj.com.br/lgpd ou peça para falar com o Encarregado de dados do Cartório

2º Ofício do Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro

Av. Nilo Peçanha 26, - 5º - Rio de Janeiro – RJ

6- De acordo com o § 2º, do art. 2º, da Resolução COAF nº 29, de 07 de dezembro de 2017, **são considerados estreitos colaboradores**, pessoas naturais que:

I - são conhecidas por terem sociedade ou propriedade conjunta em pessoas jurídicas de direito privado ou em arranjos sem personalidade jurídica,

II- sejam como mandatárias, ainda que por instrumento particular, ou possuam qualquer outro tipo de estreita relação de conhecimento público com uma pessoa exposta politicamente;

III - tenham o controle de pessoas jurídicas de direito privado ou em arranjos sem personalidade jurídica, conhecidos por terem sido criados para o benefício de uma pessoa exposta politicamente.

DECLARO ESTAR CIENTE DAS INFORMAÇÕES ACIMA E AUTORIZO A UTILIZAÇÃO DOS MEUS DADOS PESSOAIS UNICAMENTE PARA IDENTIFICAR O DECLARANTE E NO CUMPRIMENTO DO PROV.88/2019 *

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 20____.

ASSINATURA (com firma reconhecida)